



Simulado Especial TCU

Técnico Federal de Controle Externo
Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TCU (Técnico Federal de Controle Externo)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCU**, cargo de **Técnico Federal de Controle Externo**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/bkNL6GdfoHgixmJo8>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/axVi>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO I**

O controle da gestão pública, bem como da aplicação dos recursos financeiros auferidos pelo estado, tem por finalidade assegurar que o dinheiro público seja convertido em benefícios para a população. Este acompanhamento, fundamental para a coerção de práticas que resultem em desperdício ou desvios, divide-se em três modalidades: controle externo, controle interno e controle social.

Executados respectivamente por órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas de cada estado, pelos próprios setores da administração estadual e dos municípios e pela sociedade, estes procedimentos asseguram que gestores atuem em consonância com princípios como o da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência, dentre outros.

O controle externo é função exercida pelo Poder Legislativo e pelos órgãos de controle externo. A estas instituições cabem competências constitucionalmente definidas e distintas, que compreendem a fiscalização de toda a administração pública. Com procedimentos e recursos próprios, alheios à estrutura controlada, o controle externo visa à verificação e correção dos atos. Ou seja, faz-se pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do estado e das entidades da administração direta e indireta, no que diz respeito à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Neste contexto, as competências dos tribunais de contas incluem a apreciação das contas anuais do governador do estado, o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos, apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal, concessão de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares, realização de inspeções e auditorias.

Há que se mencionar ainda atribuições como a aplicação de sanções, a determinação da correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos e a

apuração de denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre inconformidades na aplicação de recursos públicos, dentre outras.

O controle interno, por sua vez, é realizado por cada jurisdicionado, decorrente da sua autonomia administrativa e financeira. Assim, permite à gestão pública rever os seus próprios atos caso ilegais, inoportunos ou inconvenientes, sempre com base nos fundamentos da legalidade, supremacia do interesse público, eficiência e economicidade. Uma de suas funções, por exemplo, é verificar se as metas anteriormente fixadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) alcançaram os resultados almejados, estimulando a ação dos órgãos públicos na análise da eficácia das medidas adotadas na solução dos problemas constatados.

Já o controle social pressupõe a efetiva participação da sociedade, não só na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, como também na formulação e no acompanhamento da implementação de políticas. Um controle social ativo e pulsante permite uma maior participação cidadã, o que contribui para a consolidação da democracia. Esta modalidade efetiva-se, por exemplo, por meio da atuação dos conselhos municipais de políticas públicas, que consolidam a participação da sociedade no acompanhamento e das ações da gestão pública na execução das políticas desenvolvidas em prol das comunidades, avaliando os objetivos, processos e resultados.

Além disso, governo, prefeituras e demais órgãos devem oferecer recursos que permitam ao cidadão melhor acompanhar e compartilhar os dados disponíveis. Para este fim, duas das principais ferramentas à disposição são o Portal da Transparência e as ouvidorias, que permitem a solicitação de informações, nos termos da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Por meio delas é possível complementar os achados do Portal da Transparência ou obter documentos ou dados produzidos pelos diferentes órgãos, ou ainda fazer manifestações para o registro de denúncias, reclamações, sugestões, elogios e solicitações. Deste modo, o principal objetivo destes canais é permitir que o cidadão também atue como fiscal dos recursos públicos.

<https://www.cge.mt.gov.br/-/18987251-entenda-como-controle-externo-interno-e-social-garantem-conversao-de-recursos-em-beneficios-para-populacao>

Considerando as ideias e aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens a seguir.

1. O texto apresenta as três modalidades de controle da gestão pública como sendo independentes, sem qualquer inter-relação necessária entre si.
2. De acordo com o texto, o controle social se restringe à fiscalização da aplicação dos recursos públicos, não abrangendo a formulação de políticas públicas, objeto do controle interno.
3. Infere-se do 8º parágrafo que o Portal da Transparência e as ouvidorias são as ferramentas disponíveis para o cidadão acompanhar e compartilhar dados sobre a gestão pública.
4. O controle interno, conforme descrito no texto, é uma prerrogativa exclusiva dos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas.
5. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do estado está incluída no escopo do controle externo.
6. Além dos conselhos municipais, o texto sugere, no 8º parágrafo, que a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) é um instrumento que fortalece o controle social.
7. O Portal da Transparência e as ouvidorias visam a que o cidadão fiscalize o emprego de recursos públicos.
8. No trecho "**O controle da gestão pública, bem como da aplicação dos recursos financeiros auferidos pelo estado, tem por finalidade assegurar que o dinheiro público seja convertido em benefícios para a população**", manteria a correção gramatical e o sentido original do período a seguinte reescritura: "**O controle tanto da gestão**

pública quanto da aplicação dos recursos financeiros auferidos pelo estado tem por finalidade assegurar que o dinheiro público seja convertido em benefícios para a população"

9. Em "Este acompanhamento, fundamental para a coerção de práticas que resultem em desperdício ou desvios, divide-se em três modalidades", a vírgula após "acompanhamento" poderia ser suprimida sem prejuízo gramatical, mas haveria mudança de sentido.
10. No segmento "Executados respectivamente por órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas de cada estado, pelos próprios setores da administração estadual e dos municípios e pela sociedade", a palavra "respectivamente" indica que a ordem dos executores corresponde à ordem das modalidades de controle mencionadas anteriormente.
11. Em "Com procedimentos e recursos próprios, alheios à estrutura controlada, o controle externo visa à verificação e correção dos atos", a crase em "à estrutura" é facultativa, pois o substantivo "estrutura" foi empregado de modo genérico.
12. No período "Ou seja, faz-se pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do estado e das entidades da administração direta e indireta", a expressão "Ou seja" introduz uma retificação ou correção do que foi dito anteriormente.
13. No trecho "Neste contexto, as competências dos tribunais de contas incluem a apreciação das contas anuais do governador do estado", a expressão "Neste contexto" pode ser deslocada para o final do período sem prejuízo da correção.

14. Em "Há que se mencionar ainda atribuições como a aplicação de sanções", a forma "que" poderia ser substituída pela preposição "de", sem prejuízo gramatical ou semântico.
15. No trecho "Há que se mencionar ainda atribuições como a aplicação de sanções", a partícula "se" indetermina o sujeito da oração em que ocorre.
16. Em "Assim, permite à gestão pública rever os seus próprios atos caso ilegais, inoportunos ou inconvenientes", a vírgula após "Assim" é de uso opcional, não obstante sua supressão afetaria o sentido original.
17. Em "Já o controle social pressupõe a efetiva participação da sociedade, não só na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, como também na formulação e no acompanhamento da implementação de políticas", a expressão "não só... como também" estabelece uma relação de acréscimo entre as ideias. Por isso, a substituição de "como também" por "mas" não prejudicaria a correção gramatical e os sentidos originais.
18. Em "ou ainda fazer manifestações para o registro de denúncias, reclamações, sugestões, elogios e solicitações", a substituição de "ou ainda" por "e também" manteria a correção gramatical e o sentido original.
19. No trecho "Um controle social ativo e pulsante permite uma maior participação cidadã, o que contribui para a consolidação da democracia", o pronome "o" retoma o segmento "participação cidadã".
20. Em "Esta modalidade efetiva-se, por exemplo, por meio da atuação dos conselhos municipais de políticas públicas", a próclise do pronome "se" seria facultativa, mantendo a correção gramatical.

NOÇÕES DE LÍNGUA INGLESA**Adolfo Sá**

Advanced AI suffers 'complete accuracy collapse' in face of complex problems, study finds

Apple researchers have found "fundamental limitations" in cutting-edge artificial intelligence models, in a paper raising doubts about the technology industry's race to develop ever more powerful systems.

Apple said in a paper published at the weekend that large reasoning models (LRMs) – an advanced form of AI – faced a "complete accuracy collapse" when presented with highly complex problems.

It found that standard AI models outperformed LRMs in low-complexity tasks, while both types of model suffered "complete collapse" with high-complexity tasks. Large reasoning models attempt to solve complex queries by generating detailed thinking processes that break down the problem into smaller steps.

The study, which tested the models' ability to solve puzzles, added that as LRMs neared performance collapse they began "reducing their reasoning effort". The [Apple](#) researchers said they found this "particularly concerning".

Gary Marcus, a US academic who has become a prominent voice of caution on the capabilities of AI models, described the Apple paper as "pretty devastating".

Writing in his newsletter on Substack, Marcus added that the findings raised questions about the race to artificial general intelligence (AGI), [a theoretical stage of AI](#) at which a system is able to match a human at carrying out any intellectual task.

Referring to the large language models [LLMs] that underpin tools such as ChatGPT, Marcus wrote: "Anybody who thinks LLMs are a direct route to the sort [of] AGI that could fundamentally transform society for the good is kidding themselves."

The paper also found that reasoning models wasted computing power by finding the right solution for simpler problems early in their "thinking". However, as problems became slightly more complex, models first explored incorrect solutions and arrived at the correct ones later.

<https://www.theguardian.com/technology/2025/jun/09/apple-artificial-intelligence-ai-study-collapse>

21. The text states that advanced AI models consistently outperform standard models across tasks of all complexity levels.

22. According to the text, large reasoning models started to put less effort into solving problems as the difficulty increased.

23. The following sentence “Apple researchers have found “fundamental limitations” in cutting-edge artificial intelligence models” could be translated as “Pesquisadores da Apple descobriram “limitações fundamentais” nos modelos de inteligência artificial defasados.”

24. The following sentence “Apple said in a paper published at the weekend that large reasoning models (LRMs) [...] faced a “complete accuracy collapse” could be translated as “A Apple afirmou, em um artigo publicado no fim de semana, que os modelos de raciocínio ampliado (LRMs) [...] enfrentaram um “colapso total de precisão””.

25. The word HOWEVER in “However, as problems became slightly more complex, models first explored incorrect solutions and arrived at the correct ones later.” Could be replaced by STILL, without changing its meaning.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito da eficácia das normas constitucionais e dos conceitos e classificações de constituições, julgue os itens abaixo.

26. As Constituições Outorgadas são criadas de forma unilateral por um órgão detentor do poder político e não precisam de aprovação ou participação popular.

27. José, professor de Direito Constitucional, ao lecionar sobre as diferentes concepções de Constituição, explicou aos seus alunos que “de nada serve o que se escreve numa folha de papel se não se ajusta à realidade, aos fatores reais e efetivos do poder”. Essa explicação se ajusta à concepção Sociológica de Constituição, idealizada por Ferdinand Lassalle.

A respeito dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e de posicionamento doutrinário majoritário, julgue os itens abaixo.

28. Por força da dignidade da pessoa humana, durante a instrução e o julgamento de crimes contra a dignidade sexual, bem como em audiências e decisões judiciais, é vedada qualquer menção ou insinuação acerca da vida sexual pregressa da vítima.

29. É incompatível com a Constituição Federal dispositivo legal que assegura aos portadores de diploma de nível superior prisão especial.

Sobre a Organização dos Poderes, analise os itens abaixo.

30. A Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes de investigação próprios da autoridade judicial, de modo que pode, por autoridade própria, promover a busca e apreensão de documentos em ambientes domiciliares.

31. Conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo legal que assegura aos membros do Ministério Público sentar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados, por violação à isonomia e ao devido processo legal.

32. Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

Sobre a Organização do Estado, julgue o item abaixo

33. O Estado XX pretende, mediante lei estadual, após consulta prévia à população diretamente interessada, tendo sido apresentado estudo de viabilidade, criar município a partir de desmembramento. Acerca do caso narrado, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal e nos termos expressos na Constituição Federal, é correto afirmar que a competência para a formação de novos municípios, por fusão ou por desmembramento, é da União, por meio de lei complementar.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

34. O Windows 11 oferece novos recursos como Snap Layouts e Snap Groups que disponibilizam novos modos para organizar janelas e apps abertos e retornar a eles mais tarde.
35. O Windows 11, seguindo uma tendência do mercado, limita a conectividade com outras plataformas e com soluções externas de Inteligência artificial.
36. A palavra **FOCO** está digitada com os efeitos de: negrito e tachado aplicados.
37. O Word oferece recursos para que o usuário possa facilmente adicionar citações ao escrever um

documento em que precise citar suas fontes, como um artigo de pesquisa ou uma monografia.

38. A função CONT.NUM, do Excel, retorna como resultado a quantidade de células preenchidas no intervalo de células passado como parâmetro.
39. No Excel, a Referência Mista é uma funcionalidade oferecida para compor os efeitos das Tabelas Dinâmicas com os Gráficos Dinâmicos.
40. O serviço de FTP deve ser utilizado apenas mediante a solicitação prévia de senha do usuário.
41. O Boot é um tipo de ataque que domina a máquina do usuário e passa a utilizar a mesma para realizar ações do atacante.
42. Em um DDoS, um invasor sobrecarrega um website, servidor ou recurso de rede com tráfego malicioso fazendo com que o alvo trave ou não consiga operar, negando serviço a usuários legítimos e impedindo que o tráfego legítimo chegue ao seu destino.

LEGISLAÇÃO

Emerson Douglas

43. De acordo com o Regimento Interno do TCU (RI-TCU), julgue o item subsequente. O Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ao deixar o cargo, passará a integrar a câmara de sua preferência. Por sua vez, o novo ministro, ao ser empossado, passará a integrar a câmara onde exista vaga.

44. Nos termos do RI-TCU, julgue a questão a seguir.
A apresentação de projeto concernente à resolução ou decisão normativa é de iniciativa do Presidente do TCU, dos ministros, dos ministros-substitutos, dos membros do Ministério Público junto ao Tribunal e das comissões permanentes de Regimento e de Jurisprudência.

45. No que concerne ao Regimento Interno do TCU (RI-TCU), analise a questão seguinte. Para efeito de classificação, os processos a serem apreciados de forma unitária serão divididos em dois grupos, mas essa informação não constará da pauta nem será tornada pública antes do julgamento. O Grupo I é formado por processos em que o relator acolhe em seu voto as conclusões dos pareceres coincidentes do titular da unidade técnica e do representante do Ministério Público, ou do único parecer emitido por um deles.

46. A respeito do Regimento Interno do TCU (RI-TCU), avalie o item em tela. Compete à Primeira e à Segunda câmaras deliberar, em regra, sobre prestação e tomada de contas, inclusive especial, assim como sobre pedido de reexame, recurso de reconsideração e embargos de declaração apresentados contra suas próprias deliberações.

47. Sobre o Regimento Interno do TCU (RI-TCU), julgue a questão seguinte. Havendo mais de um responsável pelo mesmo fato, a defesa apresentada por um deles aproveitará a todos, salvo ao revel, no que concerne às circunstâncias objetivas, e não aproveitará no tocante aos fundamentos de natureza exclusivamente pessoal.

48. Nos termos do Regimento Interno do TCU (RI-TCU), avalie o item subsequente. O Tribunal de Contas da União disciplinará, em ato normativo, a forma de apresentação das contas a serem prestadas pelo governo de território federal.

49. Com base no Regimento Interno do TCU (RI-TCU), marque se a questão adiante está certa ou errada. O relator ou o Tribunal não conhecerá de requerimento que lhe seja diretamente dirigido por interessado na obtenção de quaisquer benefícios ou vantagens de caráter pessoal, devendo a solicitação ser arquivada após comunicação ao requerente.

50. Tendo como referência o Regimento Interno do TCU (RI-TCU), analise o item seguinte. As sessões comemorativas de celebração do centenário de nascimento dos ministros eméritos do TCU serão realizadas, sempre que possível, na sessão do Plenário que ocorrer na quarta-feira seguinte à data natalícia que se estiver celebrando, desde que esteja presente o ministro homenageado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO

Stefan Fantini

Com base no processo administrativo e funções de administração, julgue o item a seguir.

51. As funções de planejamento e controle possuem, respectivamente, foco em ideias e resultados.

52. Divisão do trabalho, unidade de comando e de direção, espírito de equipe, autoridade e responsabilidade e disciplina são princípios típicos da Teoria Clássica, de Fayol.

Com relação ao planejamento, julgue o item a seguir.

53. Texto: O fragmento a seguir foi extraído da aba “identidade estratégica” do site do Tribunal de Contas da União (TCU).

“Ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável.”

Assertiva: Esse fragmento representa a visão do TCU.

54. Os objetivos estratégicos estabelecidos para cumprimento do planejamento estratégico do Tribunal de Contas da União devem ser genéricos, mensuráveis, atingíveis, relevantes e definidos no tempo.

Com base na organização e estrutura organizacional, julgue os itens a seguir.

55. As estruturas organizacionais horizontalizadas tem como característica a existência de muitos níveis hierárquicos na organização.

56. Dentre os elementos básicos que devem ser observados quando da definição da estrutura organizacional, podem-se citar a especialização do trabalho, a cadeia de comando e a amplitude de controle.

Com base na Liderança e Motivação, julgue os itens a seguir.

57. Lideranças apoiadoras se preocupam em explicar detalhadamente “o que” e “como” deve ser feito, definindo metas, padrões, e indicando a direção a ser seguida.

58. Conforme a Teoria da Hierarquia das Necessidades, de Maslow, necessidades fisiológicas e necessidades de segurança são necessidades primárias.

Com base no Clima e Cultura Organizacional, julgue o item a seguir.

59. A cultura organizacional pode ser definida como um conjunto de percepções compartilhadas pelos membros da organização em relação a diversos aspectos da empresa e do ambiente de trabalho; o clima organizacional, por sua vez, consiste no conjunto de valores, crenças, costumes, hábitos, normas, símbolos, entre outros fatores, que são compartilhados pelos membros de uma

organização e geram determinados “padrões de comportamento coletivos”.

Com base na Gestão por Processos e Gestão por Projetos, julgue os itens a seguir.

60. A gestão por processos está relacionada à organizações com estrutura verticalizada, com poucos departamentos sob o mesmo nível hierárquico.

61. Temporariedade e unicidade são características típicas da gestão de processos.

Com base na Gestão da Qualidade, julgue os itens a seguir.

62. Situação Hipotética: A organização João das Neves Company implantou um programa de qualidade baseado em metas para a força de trabalho.

Assertiva: Na situação apresentada, o programa de qualidade implantado pela organização João das Neves Company está baseado no método de William E. Deming.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS

Elisabete Moreira

63. Quanto à administração de recursos materiais, julgue o item que se segue.

Uma das etapas da classificação dos materiais, a identificação, também chamada de normalização, refere-se à descrição minuciosa do material, permitindo sua individualização em uma linguagem familiar ao mercado.

64. A respeito da administração de recursos materiais, julgue o item que se segue.

A área de administração de materiais pode atuar como conciliadora de interesses conflitantes entre as áreas de venda e de administração financeira, uma vez que desenvolve técnicas de planejamento para garantir 100% da entrega dos pedidos realizados pelos clientes.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

65. A respeito da organização da administração pública, julgue o item a seguir.

Em sentido subjetivo, a Administração Pública compreende o conjunto de órgãos, pessoas jurídicas e agentes incumbidos do exercício da função administrativa.

66. A respeito da organização da administração pública, julgue o item a seguir.

Na descentralização por outorga, o Estado transfere a titularidade e a execução de determinado serviço público a uma entidade da Administração Indireta.

67. A respeito da organização da administração pública, julgue o item a seguir.

As empresas públicas e sociedades de economia mista, apesar de integrarem a Administração Indireta, não estão submetidas à obrigatoriedade de licitação para contratação de bens e serviços.

68. Em relação aos atos administrativos, julgue o item a seguir.

Eventual vício detectado no elemento forma é insanável e não admite convalidação.

69. Em relação aos atos administrativos, julgue o item a seguir.

A autoexecutoriedade permite que a Administração execute diretamente seus atos, ainda que a lei a proíba expressamente.

70. Em relação aos atos administrativos, julgue o item a seguir.

Os atos enunciativos expressam juízo de valor ou de opinião da Administração Pública e produzem efeitos jurídicos diretos.

71. Sobre os poderes da administração pública, julgue o item a seguir.

O poder hierárquico permite à autoridade superior organizar a estrutura e fiscalizar o desempenho das funções administrativas.

72. Sobre os poderes da administração pública, julgue o item a seguir.

O poder disciplinar autoriza a Administração a aplicar penalidades a qualquer particular que mantenha relação com o Poder Público.

73. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, julgue o item a seguir.

O diálogo competitivo é uma modalidade de licitação por meio de chamamento público, na qual a Administração Pública convida interessados na prestação de serviços ou no fornecimento de bens para que, atendidos os requisitos exigidos, se credenciem junto ao órgão ou entidade, a fim de executar o objeto quando forem convocados.

74. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, julgue o item a seguir.

A licitação é dispensável para contratação que mantenha todas as condições estabelecidas em edital de licitação realizado há menos de 1 (um) ano, quando for constatado que, naquela licitação, as propostas apresentadas indicaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes.

75. Acerca do controle da administração pública, julgue o item a seguir.

O controle interno é exercido exclusivamente pelos órgãos do Poder Executivo.

76. Acerca do controle da administração pública, julgue o item a seguir.

O controle externo da Administração Pública é exercido pelo Poder Legislativo, com auxílio dos tribunais de contas.

77. No que concerne à responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir.

A teoria do risco administrativo admite excludentes de responsabilidade, como culpa exclusiva da vítima.

78. No que concerne à responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir.

A responsabilidade do Estado por omissão é objetiva, independentemente de demonstração de culpa.

GESTÃO DE CONTRATOS

Antônio Daud

Tomando por base os preceitos legais a respeito da gestão e fiscalização de contratos, julgue os itens a seguir.

79. Os contratos administrativos são regidos exclusivamente pelo direito público.

80. A Administração Pública não responde por encargos trabalhistas em contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

81. A comissão de contratação pode aplicar, após o devido processo legal, a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública a determinada sociedade empresária que praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

82. A repactuação deverá observar o interregno mínimo de um ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

83. As alterações unilaterais do contrato pela Administração Pública estão limitadas a 25% do valor inicial atualizado para obras, serviços e compras, exceto nos casos de reforma de edifício ou de equipamento, quando o limite será de 50% para acréscimos.

84. É possível a prorrogação dos prazos de contratos administrativos de serviços contínuos, desde que o contrato não ultrapasse o limite máximo de 60 meses, salvo em casos excepcionais devidamente justificados, quando poderá ser prorrogado por até 12 meses adicionais.

85. Na contratação que gere receita para a Administração, o prazo de duração será de até 10 anos, nos contratos sem investimento.

86. A Administração Pública pode exigir garantias adicionais em contratos administrativos em casos de antecipação de pagamento.

87. No pagamento dos contratados, em regra, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, embora, em determinados casos, tal sequência possa ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente.

88. A Administração Pública pode estabelecer, como única forma de pagamento, o reembolso dos salários pagos, desde que limitados àqueles definidos em convenção coletiva de trabalho.

Tomando por base os preceitos normativos da Instrução Normativa nº 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, julgue os itens a seguir.

89. Serviços continuados ou contínuos são aqueles que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

90. É vedado à Administração conceder ponto facultativo aos trabalhadores da empresa contratada (terceirizados).

91. Não é vedado à Administração estabelecer mecanismos de reporte de terceirizados diretamente a servidores públicos, nos casos em que o objeto da contratação previr a notificação direta para a execução das tarefas previamente descritas no contrato de prestação de serviços para a função específica, tais como nos serviços de recepção, apoio administrativo ou ao usuário.

92. É vedado ao poder público direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Luciana Marinho

93. No tocante ao Sistema do SIAFI, julgue o item a seguir.

Mediante autorização do responsável pela unidade gestora correspondente, a conferência diária pode ser realizada por um operador encarregado de registrar documentos no sistema.

94. A despesa orçamentária é executada em três fases: empenho, liquidação e pagamento. A etapa de liquidação ocorre com base no contrato, na ordem bancária e na validação da nota fiscal, confirmando a entrega do material ou a prestação do serviço.

95. Sobre programação, execução e controle de recursos orçamentários e financeiros, julgue o item que se segue: O pagamento consiste na entrega de numerário ao devedor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta, e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa.

96. Sobre programação, execução e controle de recursos orçamentários e financeiros, julgue o item que se segue: Empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não.

97. O pagamento da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídas por estabelecimentos bancários credenciados, no entanto, não é possível ser executado por suprimento de fundos.

98. O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

99. As despesas de exercícios anteriores englobam os casos em que o orçamento correspondente previa crédito próprio com saldo suficiente para sua cobertura, mas que não foram processadas no período adequado.

100. Com relação ao suprimento de fundos, julgue o item a seguir:

Entre as situações impeditivas de recebimento de suprimento de fundos prevista na legislação, será declarado em alcance o servidor que não prestar contas no prazo previsto em lei ou quando suas contas não tiverem sido aprovadas por má aplicação do recurso.

101. Com relação ao suprimento de fundos, julgue o item a seguir.

A restituição total de suprimento de fundos por falta de aplicação que for recolhida no mesmo exercício financeiro constitui uma receita orçamentária.

102. A Lei de Responsabilidade Fiscal considera como renúncia fiscal a concessão de isenção em caráter geral.

103. A Lei de Responsabilidade Fiscal define limites globais da despesa total com pessoal para cada ente público, em determinado período de apuração. Com relação à receita corrente líquida e a despesas com pessoal, os limites globais são de 50% para União e 60% para Estados e Municípios.

104. A reserva de contingência, consignada na lei orçamentária anual, destina-se exclusivamente ao atendimento de passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

105. A LRF está se referindo ao princípio do controle quando expõe a necessidade de se prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

106. Segundo a LRF, uma empresa controlada é sempre uma empresa estatal dependente cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.

CONTROLE EXTERNO*Herbert Almeida*

Julgue os itens a seguir sobre o controle da atividade financeira do Estado.

107. Em âmbito federal, a titularidade do controle externo pertence ao Congresso Nacional, ao passo que nos estados e nos municípios a titularidade desse controle será exercida pela assembleia legislativa local.

108. A supervisão ministerial é um controle por vinculação, no qual um órgão da administração direta realiza a tutela de uma entidade administrativa, sem relação de hierarquia.

109. As decisões dos tribunais de contas, em matéria de sua competência, não se submetem a recurso dirigido ao Poder Legislativo, mas podem ser objeto de invalidação perante o Poder Judiciário em virtude de ilegalidade grave ou formal.

110. O controle externo, em sentido amplo, trata de todo o controle que um Poder poderá realizar, legitimamente, sobre a atuação do outro. Porém, somente a Constituição ou as leis são instrumentos hábeis para criar formas de intervenção de um Poder sobre as prerrogativas de outro.

111. O controle realizado pelos tribunais de contas classifica-se como controle legislativo.

Considerando as disposições constitucionais e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens seguintes sobre as competências e a organização do Tribunal de Contas da União e dos tribunais de contas dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

112. É inconstitucional a atribuição, aos tribunais de contas estaduais, de competência para

homologação dos cálculos das cotas do ICMS devidas aos municípios.

113. A competência dos Tribunais de Contas, quando atestada a irregularidade de contas de gestão prestadas por prefeitos ordenadores de despesa, restringe-se à imputação de débito e à aplicação de sanções fora da esfera eleitoral, independentemente de ratificação pelas câmaras municipais.

114. Compete ao TCU apreciar a legalidade da concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, no prazo de até cinco anos, sob pena de concessão de registro tácito, contados da emissão do ato de aposentadoria no órgão.

115. No caso de ilegalidade em contrato, caberá ao Tribunal de Contas da União fixar prazo para o exato cumprimento da lei. Se a decisão não for acatada pela autoridade administrativa competente, no prazo fixado, caberá ao Tribunal representar ao Congresso Nacional para que as medidas cabíveis sejam adotadas.

116. O Presidente da República indica três membros do TCU, sendo os dois primeiros entre os auditores e membros do Ministério Público, enquanto um será de livre escolha, entre os brasileiros que atendam aos requisitos definidos na Constituição Federal. Somente este último será submetido à apreciação do Senado, enquanto os outros dois são nomeados diretamente, já que escolhidos por meio de lista enviada pelo Tribunal.

117. O Tribunal de Contas da União, órgão sem função jurisdicional, não pode declarar a inconstitucionalidade de lei federal com efeitos *erga omnes* e vinculantes no âmbito de toda a administração pública Federal.

Otávio, servidor público, utilizou veículo oficial para realizar viagens pessoais durante os finais de semana, alegando que o automóvel estava sob sua responsabilidade administrativa. O fato foi relatado aos seus superiores, que decidiram apurar a ocorrência de ato de improbidade administrativa.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.

118. A conduta de Otávio configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, podendo resultar na perda da função pública e na perda dos direitos políticos.

119. Se houver dano ao erário, a ação de ressarcimento será imprescritível, uma vez que os danos decorrentes de atos dolosos de improbidade não se submetem à prescrição. Por outro lado, a ação de improbidade, para fins de aplicação nas sanções definidas na Lei 8.429/1992, será sempre prescritível.

120. A aplicação das sanções por improbidade a Otávio independe da aprovação ou da rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

Questão 1

Segundo a LRF:

Art. 56. As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, referidos no art. 20, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas.

À luz da jurisprudência do STF, discuta a abrangência do parecer prévio vs. julgamento das contas em relação às contas prestadas pelos chefes dos demais Poderes, além do Executivo.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	

Questão 2

Redija um texto dissertativo, de até 10 linhas, abordando os seguintes aspectos:

1. Explique o elemento “competência” dos atos administrativos, conforme os fundamentos doutrinários;
2. Indique os casos em que a competência não pode ser delegada;
3. Diferencie, tecnicamente, os conceitos de motivo e motivação no âmbito dos atos administrativos.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	

Peça Técnica

No RGF (relatório de gestão fiscal – art. 54, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) do segundo quadrimestre de 2023 do Poder Executivo federal, o valor total das despesas com pessoal atingiu 40% da receita corrente líquida, conforme art. 2º, IV, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Diante desse fato, de acordo com solicitação realizada pela sua chefia, redija, na qualidade de técnico federal de controle externo do TCU, um relatório técnico acerca da situação hipotética apresentada acima. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ⇒ papel do TCU diante dessa situação;
- ⇒ consequências para o Poder Executivo federal decorrentes do estabelecido na LRF;
- ⇒ providências a serem tomadas pelo governo federal a respeito dessa situação nos próximos quadrimestres, caso ultrapassado o limite total de gastos com pessoal.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
